

O itinerário da fé na religiosidade do povo brasileiro

Paulo Passos*

Resumo: No Brasil religião e identidade cultural se imbricam num mosaico simbólico. Nesse processo histórico, no qual a igreja foi à bússola que orientou os rumos do nosso passado, em boa medida continua sinalizando perspectivas e orientações. Contudo, até 1889, a Igreja Católica reinava absoluta no seu monopólio religioso. Apesar de existirem alguns pequenos grupos denominacionais, seus ritos eram privados e não proselitistas. Várias tentativas foram empreendidas no sentido de suplantar a hegemonia católica no Brasil. Porém, a reação da Igreja em assegurar seu mercado foi intensa. Nesse emaranhado de disputas no campo religioso brasileiro o percurso foi tortuoso, mas rico em historicidade.

Palavras-chave: religião, história, Catolicismo.

Abstract: In Brazil, religion and cultural identity overlap in a symbolic mosaic. In this historical process in which the church was the compass that guided the direction of our past, largely still signaling perspectives and guidelines. However, until 1889, the Catholic Church reigned absolute in its religious monopoly. Although there are some small denominational groups, its rites were private and not proselytizing. Several attempts were undertaken in order to overcome the Catholic hegemony in Brazil. However, the Church's response to ensure its market was intense. In this tangle of disputes in the Brazilian religious field the route was tortuous, but rich in historicity.

Key words: religion, history, Catholicism.



Introdução

A história religiosa do povo brasileiro configura-se numa miscelânea multifacetada de ritos e conflitos. Numa sociedade fortemente alicerçada nas

diferenças, a religião foi e continua sendo um dos poucos expedientes de integração da nacionalidade brasileira. Embora esta perspectiva interpretativa pareça paradoxal, o construto da identidade nacional fundamenta-se na sua capacidade de aglutinação das diferenças. Esse processo sincrético justifica-se numa rede de significados peculiares da nossa cultura.

Com a visão voltada para a Contra-reforma em ebulição na Europa, empreendeu no Brasil uma barreira espiritual ao influxo dos movimentos reformistas protestantes. Esse fechamento espiritual com o continente europeu contribuiu significativamente

na imbricação iconográfica das entidades espirituais indígenas e africanas com as divindades canônicas católicas. O corolário desse processo permanece ainda nos dias de hoje entranhado na sensibilidade do povo brasileiro.

Esse panorama, no qual o sincretismo religioso configura a própria identidade do catolicismo no Brasil, foi incisivamente rechaçado pelas autoridades eclesiásticas da igreja romana. Porém, o substrato mantenedor da lógica ritualística do catolicismo colonial era representado pela visão e fé do “homem da terra”. A conformação espiritual no Brasil colônia configura-se a partir da incorporação simbólica dos vários matizes étnicos presentes no País. Contudo, estabeleceu-se uma flexibilidade de aceitação e convívio com as diferenças, mesmo porque o séquito religioso brasileiro era mestiço.

A institucionalização da fé no Brasil

O arcabouço cultural que balizava o comportamento moral dos europeus se dissipou nos trópicos. O formalismo comportamental e ritualístico dos cristãos lusitanos adquire certa espontaneidade. Sobejas possibilidades e tentações atenuaram o ímpeto religioso do colonizador. Uma visão edênica legitimava a formulação de novas interpretações valorativas, ao passo que alimentava a sanha desvairada numa terra livre do pecado. Libertos da vigilância interior dos princípios católicos, a lascívia do europeu inicia uma mistura inexorável de cores e valores.

Uma mutação sincrética processa um amálgama cultural no Brasil. A construção dessa personalidade produziu um sujeito não-identificado com os padrões do colonizador. Essa realidade suscita no campo religioso

institucional a necessidade de adaptação a esse novo *ethos* cultural. Todavia, em face dessa adaptabilidade quase espontânea em relação às novas culturas, foram instituídas pelo clero tentativas de uniformizar o comportamento religioso dos fiéis.

A adoção de catecismos e padronizações ritualísticas não encontrou ressonância na esfera pública. A sociabilidade coletiva foi pouco afetada pelas gestões formais da igreja no Brasil. Mas, mesmo não atingindo os fiéis com seus expedientes de controle, manteve-se por séculos inquestionáveis quanto à sua representatividade espiritual.

Com a tentativa recorrente de ocupação do território brasileiro por outras nações européias que não reconheciam a legitimidade do Tratado de Tordesilhas, inicia-se um período de resguardo e controle institucional da fé católica. Portugal e Espanha, ambos envolvidos na Contra-reforma, organizaram a ocupação do novo mundo evitando que nele se reproduzisse a ruptura religiosa e política engendrada na Europa. A presença protestante na América Latina seria não só uma ameaça ao catolicismo oficial, mas, sobretudo, um elemento subversivo contra as monarquias conquistadoras do continente americano.

Com o intuito de rechaçar as incursões francesas e holandesas no território brasileiro, uma complexa logística foi estabelecida. No campo militar, inúmeras guarnições de artilharia margearam pontos estratégicos da costa do País. No âmbito religioso, como instrumento de fechamento da penetração protestante no Brasil, bem como na América Latina, foram instituídos poderes inquisitoriais aos clérigos brasileiros e tribunais do Santo Ofício, em várias regiões do continente:

Cartagena (1568), México (1571) e Lima (1610).

Os tribunais do Santo Ofício nunca se estabeleceram formalmente em terras brasileiras. Entretanto, a prelazia católica residente no País ficou encarregada por observar os comportamentos suspeitos, recolher denúncias e formalizar processos junto ao Tribunal da Santa Inquisição em Lisboa. Uma leitura que fica bastante evidente ao se estudar a atuação da inquisição no Brasil é a preocupação do clero e do Estado português pelo instituto do padroado em suprimir outras tendências religiosas. Enquanto a inquisição medieval buscou debelar manifestações, sobretudo de heresias no interior da própria igreja, no Brasil o alvo dos processos eram os cristão-novos, vistos sob suspeição permanente pelo clero.

Sem dúvida, o convertido não pode fazer mais do que confessar com entusiasmo que submeteu seu coração a Cristo. Sente Cristo como seu salvador, porém não saberia explicar quem é esse Cristo e nem como deveria ser sua relação de fé com Ele. Não sabe que compromisso assumiu para o futuro. Assim, a base de sua religião é o sentimento; sua fé carece ainda de conteúdo. É claro que uma fé desse tipo não pode satisfazer ao crente, porque a fé exige as razões daquilo que se crê. É previsível, então, que o recém-convertido logo começará a se perguntar sobre o que significa objetivamente a sua afirmação “estou salvo”; o que se espera dele é o que ele próprio pode esperar de sua nova religião (GALINDO, 1995, p.32).

O que entendemos por catolicismo no Brasil simboliza uma complexidade muito superior à própria instituição religiosa católica. A rede de novos significados incorporados e cultuados

no catolicismo constitui um universo semiológico em nada parecido com os cânones formais da Igreja. Essa dicotomia em boa medida atendeu aos interesses institucionais da Igreja Católica. Quando questionada a respeito dos desvios dos fiéis em relação aos dogmas da igreja, afirmava publicamente que estes não eram católicos. Já nas ocasiões em que o interesse pautava-se no cômputo de fiéis, assumia a todos sem restrições ou condições preestabelecidas.

Outra premissa elementar presente no catolicismo é a fundamentação do batismo como um sacramento de conversão. Nesse sentido, uma legião de pessoas batizadas ainda quando crianças pelos pais, mesmo sem conhecer absolutamente nada do rito católico, nem tampouco freqüentar os cultos, autodenomina-se e se reconhece como tal. Catolicismo não é um termo próprio da teologia; pertence à linguagem comum, por conseguinte carrega consigo imprecisão e pluralidade de significados. Todavia, a densidade simbólica presente nesse instituto se dá precisamente pela sua informalidade e subjetividade.

Essa maleabilidade em transitar pelo universo católico popularizou a igreja no Brasil. Para cada dia do ano comemora-se uma divindade católica. Para cada problema de saúde, material ou espiritual, existe uma entidade de auxílio. Para cada profissão apresenta-se um padroeiro ou protetor. Nesse sentido, o cotidiano da população brasileira foi envolvido numa aura mística e religiosa. Assim, ao longo de praticamente três séculos de hegemonia da igreja no Brasil, brasilidade e catolicismo imbricaram-se sob a égide de uma instituição religiosa.

O poderio religioso e ideológico emanado pela Igreja Católica trabalhava

em consonância com os interesses do Estado. Pela via do padroado, igreja e Estado mantinham uma engrenagem de interdependência. Enquanto à igreja justificava e sustentava ideologicamente a existência e as ações do Estado, a contrapartida estatal reconhecia o cristianismo e a Igreja Católica como crença e religião oficial do Brasil.

Além dessa reciprocidade de interesses, havia uma remuneração mensal do clero pelo Estado. Esse processo, paradoxal em vários momentos, contribuiu para o aniquilamento da formação de movimentos sociais no Brasil. A população vivia à mercê de uma realidade dual, cuja linha tênue entre o profano e o sagrado agraciava ou punha em desgraça uma alma humana. Nesse contexto, sublevar-se contra o Estado seria a condenação social e espiritual do indivíduo.

Tendo em vista que o interesse religioso tem por princípio a necessidade de legitimação das propriedades materiais ou simbólicas associadas a um tipo determinado de condições de existência e de posição na estrutura social, dependendo, portanto, diretamente desta posição, a mensagem religiosa mais capaz de satisfazer o interesse religioso de um grupo determinado de leigos e de exercer sobre ele o efeito propriamente simbólico de mobilização que resulta do poder de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário (BOURDIEU, 2005, p 109).

A Igreja Católica desfrutava de uma posição confortável no panorama sócio-político brasileiro. Como mediadora dos anseios espirituais da sociedade, ocupava uma condição hegemônica, e como anteparo ideológico do Estado, uma posição exclusiva. Durante mais de trezentos anos a Igreja Católica aliada

aos interesses da Coroa Portuguesa resistiu à penetração protestante no território brasileiro. Algumas incursões, denominadas historicamente como protestantismo de invasão, empreenderam ofensivas contra o bloqueio religioso no País. A primeira tentativa processou-se no nordeste do Brasil, quando calvinistas holandeses (entre 1624-1654) procuraram estabelecer-se na costa pernambucana.

A mobilização de resistências locais, instigadas pelo clero e financiadas pela coroa, defenestraram o êxito da ocupação. Outro fato antológico na historiografia do Brasil foi a invasão da Ilha da Guanabara em 1855, em frente da atual cidade do Rio de Janeiro pelo huguenote francês, almirante Nicolas Durand de Villegaignon. Essa empreitada subsistiu por cinco anos, até ser também debelada pelas forças portuguesas.

Apesar da falta de contato direto com a doutrina e os ideais protestantes, os brasileiros cultos e politizados, já no final do século XVIII, estavam familiarizados com a reforma religiosa européia. O acesso a tais idéias penetrou clandestinamente ao controle da igreja e do Estado. Por meio de revistas e livros, como as obras de Candillac, Rousseau, Voltaire e Adam Smith, os dogmas católicos bem como a instituição da monarquia no Brasil estava com os dias contados. O contato com as obras desses autores introduziu na mentalidade das elites brasileiras um ideário liberal das aspirações democráticas e republicanas, incompatíveis com o regime monárquico católico.

Relativização da hegemonia católica no mercado religioso brasileiro

Um movimento religioso característico por sua conduta não proselitista foi o protestantismo de imigração, denominação esta trazida pelos grupos de imigrantes europeus. Suas igrejas não tinham pretensões missionárias e se limitavam a satisfazer as necessidades religiosas e espirituais dos imigrados. Tendo em vista uma redução expressiva no plantel de escravos nas fazendas cafeeiras do Brasil, uma política de incentivo à imigração foi sobejamente trabalhada em várias regiões da Europa. O corolário desse processo foi uma grande onda de imigração de camponeses protestantes com destino às regiões sul e sudeste do País.

Comunidades denominacionais de vários matizes religiosos trouxeram, além de suas poucas bagagens, um legado espiritual inexistente na América Latina. Comunidades de luteranos alemães, presbiterianos escoceses, anglicanos ingleses, reformados holandeses e batistas de vários países, constituíram a célula precursora do protestantismo histórico no Brasil. Entre 1850 e 1880, uma forte presença de uma religiosidade exógena encontra-se presente em alguns pontos geográficos do País. Apesar de não serem movimentos missionários, uma perspectiva teológica antagônica passou a dividir espaço com a até então unívoca religiosidade católica.

A segunda metade do século XIX representa um dos períodos mais difíceis na história da Igreja Católica no Brasil. Graves confrontos de interesses com a monarquia suscitam o fim do padroado no Brasil e o conseqüente enfraquecimento institucional da Igreja. Uma nova incursão religiosa aproveitando o momento histórico favorável se torna uma ameaça concreta à hegemonia católica.

Uma leva de missionários norte-americanos, com proposta efetiva de desenvolver um protestantismo de missão, ganha espaço no Brasil. Chegaram com a decisão de conquistar adeptos entre a população brasileira já batizada na Igreja Católica. Porém, diferentemente dos primeiros, adotaram um posicionamento bem mais agressivo. O proselitismo religioso desses grupos, com fortes características evangélicas e avivalistas, não tardou a converter adeptos e simpatizantes a uma nova proposta ritualística e doutrinária.

O avanço missionário no Brasil, como também, em toda América Latina, não foi casual. Vários fatores contribuíram expressivamente para o fortalecimento desse movimento religioso. Em se tratando das missões americanas, um elemento basilar na expansão do evangelismo foi a convicção no “destino manifesto”, fomentada pela exponencial ampliação territorial, comercial e política dos Estados Unidos. Para os missionários norte-americanos, uma sucessão de acontecimentos providenciais confirmava e legitimava os seus projetos de conversão religiosa na América Latina:

- A venda do Estado de Louisiana por Napoleão ao governo americano;
- A independência das colônias espanholas na América Latina, fortalecendo a influência dominante dos Estados Unidos na região;
- A anexação de vastos territórios a oeste chegando ao Pacífico;
- A vitória na guerra contra o México, apropriando-se de metade de seu território;
- A ocupação de Cuba (1888-1902);

- A anexação de Porto Rico e em 1903 a presença no Canal do Panamá. Em tudo isso se via o desígnio de Deus.

Por parte das elites brancas nascidas na América Latina, a hegemonia espiritual e ideológica da Igreja Católica representava um grande entrave aos seus interesses políticos. No Brasil, por mais que houvesse uma participação relativamente equânime entre conservadores e liberais no parlamento e no governo do Segundo Reinado, o imperador de posse do poder moderador arbitrava as decisões finais. Esse modelo institucional alicerçado pela igreja mantinha o ordenamento estatal reacionário que impermeabilizava as aspirações das elites brasileiras ao controle político do Estado.

A labareda das disputas e das contradições deixa de pé, verde e altiva a verdade de que o poder moderador governa e administra. Ninguém, nem o imperador, nem os conservadores negam a realidade. D. Pedro II a reconhece com o apoio na letra da constituição, letra que, lida pela rainha Vitória, a tornaria déspota, tantas as prerrogativas da coroa (...). Os liberais, inimigos do poder moderador, no qual percebem a predominância do arcabouço monárquico sobre o popular, desde que não puderam aboli-la, cuidam de negá-lo (FAORO, 2000, p.408).

Outro importante fator que alimentou a pluralidade denominacional no Brasil, bem como em toda a América Latina, foi o avanço do comunismo no Leste europeu e no Extremo Oriente. Até a segunda metade do século XIX, devido ao fechamento das fronteiras espirituais nas áreas de dominação católica, o fluxo missionário protestante convergia para essas regiões. Em razão da hostilidade do ideário comunista em relação ao

obscurantismo religioso, um ambiente inóspito às atividades missionárias instaura-se nessas localidades. Por conseguinte, milhares de missionários e religiosos, atuantes no Extremo Oriente e Leste Europeu, buscaram o Brasil e a América Latina como destino.

Considerações finais

Nesse contexto conflitivo entre a Igreja Católica contra a pressão dos missionários rebatizadores, fica evidenciada a premissa de que no campo religioso as fronteiras não são intransponíveis. Apesar de todos os esforços dispensados no sentido de estabelecer barreiras de contenção as novas hermenêuticas religiosas, a Igreja Católica não considerou a religiosidade do povo como parte de sua cultura, mas como, objeto privado de sua instituição. Nesse sentido, outras vertentes religiosas que conseguiram dialogar com o *ethos* do povo, rapidamente se estabeleceram no país, bem como, conduziram fiéis católicos a conversão.

Quando a realidade falha, o espiritual se fortalece. Foi justamente na contramão dessa leitura que a Igreja Católica abala seus paradigmas, criando uma janela de oportunidade de ingresso de novas “empresas” espirituais no mercado religioso. No momento em que as distâncias sociais começaram a se alargar, o catolicismo imputou ao homem o ônus dessa ação. Na medida em que se processaram mudanças inexoráveis no ordenamento social brasileiro, as instituições religiosas, tanto as mais tradicionais, quanto as mais heterodoxas, reconfiguram os seus discursos confrontando a realidade, ou ajustando-se a ela.

Referências

BORDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CAMPOS, Leonildo. *Teatro, Templo e Mercado: Organização e Marketing de um Empreendimento Neopentecostal*. São Paulo: Unesp, 1997.

DEMO, Pedro. *Pobreza Política*. Campinas: Autores Associados, 1994

FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*, Vol I. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

GALINDO, Florêncio. *O Fenômeno das Seitas Fundamentalistas*. Petrópolis: Vozes, 1995.

HOUTART, François. *Mercado e Religião*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

MONTES, Maria Lucia et al. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. vol. 04.



* **PAULO PASSOS** é Doutorando em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, mestre em Ciência Política, professor universitário nas áreas de história, ciência da religião, cultura e sociologia.